

ATAS
ATA N.º 212/2025

Folha 49

Ao primeiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas onze horas e trinta minutos, no Lezíria Parque Hotel, sítio na Avenida Barranco de Cegos, 22, 2600-214, em Vila Franca de Xira, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação de Andebol de Portugal, conforme convocatória de 16 de abril de 2025 do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, convocada nos termos dos artigos 54º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos da Federação de Andebol de Portugal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Apreciar e votar o Relatório e Contas do Exercício do ano de 2024.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Manuel Furtado de Sousa, pelo Vice-Presidente António Gil Duarte Pereira e foi secretariada por Luís Pacheco.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Luís Miguel Morgado Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Miguel Fernandes, o Vice-Presidente Joaquim Escada, a Vice-Presidente Vera Lopes e o Vice-Presidente João Paulo Velez. Estiveram igualmente presentes o Presidente do Conselho de Arbitragem, João Costa, o Presidente do Conselho de Disciplina, Alfredo Ramos e o Diretor nomeado estatutariamente Manuel da Conceição. Esteve, ainda, presente o Contabilista certificado da Federação, Mário Bernardes.

Estiveram presentes 27 (vinte e sete) dos 53 (cinquenta e três) delegados que compõem a totalidade dos delegados dos membros ordinários da Assembleia Geral, conforme mapa anexado em separado. Depois de saudar os presentes, o Presidente da Mesa começou por referir que o delegado da Associação de Andebol da Madeira, Bernardo Vasconcelos e o delegado de Viana do Castelo, Samuel Silva, participavam na presente sessão por meio de videoconferência, nos termos estatutariamente previstos, o que foi aprovado por unanimidade pela assembleia, tendo a Direção assegurado o funcionamento de tais meios de videoconferência, previstos no artigo 51.º, n.º 4 dos Estatutos. Colocou, ainda, à Assembleia geral a questão da integração na mesa de Luís Pacheco, a fim de a secretariar, o que não mereceu oposição da assembleia.

Dando início à sessão, esclareceu que se iria a apreciar as atividades e as contas do exercício de 2024 e passou a palavra ao Presidente da Federação. No uso da palavra, saudou todos os presentes, realçando que hoje se celebrava o 86.º aniversário da Federação, para além de ser o Dia do Trabalhador, passando a uma apresentação efetuada em PowerPoint, detalhada, sobre as atividades da Federação no ano de 2024 e das suas

ATAS

contas. Assim, começou por referir que o ano de 2024 foi novamente muito intenso em atividades, com muito envolvimento de toda a comunidade do Andebol e com a continuação do foco no desenvolvimento do Andebol, em todas as suas variantes e com muita responsabilidade e fiabilidade. Realçou o extraordinário trabalho nas seleções nacionais, em especial a Seleção Feminina que regressou ao Europeu, 16 anos depois, objetivo plenamente conseguido, com um trabalho árduo, competente, crescente desempenho e com jovens a aparecer. Assim como o grande feito da Seleção A Masculina, que participou em janeiro de 2024 no Mundial da Noruega, Suécia e Croácia, alcançando o melhor resultado de toda a história do Andebol (4.º lugar), com um impacto extraordinário ao nível internacional e nacional, com audiências televisivas na RTP que superaram, o conjunto, mais de 5 milhões de telespectadores e outros recordes batidos nas redes sociais, plataformas e com um retorno de imagem e reputação do Andebol absolutamente sensacional, o que é o resultado do trabalho de todos nos últimos anos; realçou também que Seleção A Masculina já se apurou para o Europeu de 2026, estando também apurada para o Europeu de 2028, que vamos organizar em Portugal; Elencou depois os variados resultados alcançados pelas seleções jovens de Portugal, em masculinos e femininos, que continuam a ser de elevado nível e nos colocam no pódio do ranking europeu da EHF por seleções jovens, o que é sinónimo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos clubes e na federação, realçando o 2.º lugar nos sub-20 masculinos e o 3.º lugar nos Masculinos de Andebol de Praia Destacou também o trabalho ao nível do Andebol de Praia e das seleções desta variante, onde Portugal está no 4.º e 5.º lugar do Ranking da EHF no Andebol Praia, quer nas Seleções Masculinas, quer nas Seleções Femininas; salientou também a eleição dos melhores jogadores da EHF (EHF Excellence Awards) quer o melhor jogador jovem Martim Costa, quer o MVP Ricardo Castro, no Andebol de Praia, salientando também a Champions Cup Porto Santo, uma prova que teve como Campeã Europeia uma equipa Portuguesa, o GRD Leça, e que tem sido um sucesso de organização internacionalmente reconhecido pela EHF, que desejamos continuar a organizar, mas que tal depende do apoio do governo regional da Madeira e autarquia local. Quanto aos Clubes, quer nos quadros competitivos nacionais, quer ao nível das competições europeias, sinalizou a manutenção do modelo competitivo, continuando a Andebol 1 (PO 1) a ser um dos campeonatos mais competitivos da Europa; realçou o brilhantismo de todas as equipas que participaram nas competições europeias, sendo de sinalizar a campanha absolutamente brilhante quer do Futebol Clube do Porto

ATAS

Folha - 51

(EHF European League), quer do Sporting Clube de Portugal (Champions League); Entrou depois no Andebol 4 All, referindo a preparação, os estágios e os Torneio Nacionais e Internacionais. Em relação à Arbitragem, referiu-se ao excelente trabalho que o Conselho de Arbitragem está a realizar, ao patamar de estabilização da atividade que alcançou, realçando-se que temos várias duplas internacionais (indoor), 2 duplas internacionais (praia) e 1 dupla internacional (ACR); diversas nomeações para as principais provas internacionais, com confiança e apostando na Formação. De seguida, salientou a importância de envolver as Autarquias, os Clubes e as Escolas. Quanto à divulgação e promoção da modalidade, salientou que no último Campeonato do Mundo houve 5 milhões de espectadores e que a FAP tem mais de 3 milhões de acessos no Facebook, com um contínuo aumento da presença nas redes sociais (mais 13%, 150.000 seguidores); que a visibilidade tem estado a aumentar continuamente, nas Televisões e redes sociais. Já ao nível da Formação tem havido uma aposta continua nos treinadores, árbitros e professores de educação física, realçando a organização do 21º Congresso Técnico Científico e o facto de termos 52 clubes certificados, tendo-se efetuado a entrega de variados certificados. Entrando já na análise das Contas e apresentando vários gráficos para o efeito, abordou em primeiro lugar a estrutura dos Rendimentos, onde a Prestação de Serviços passou de 2.045.553€ em 2023, para 1.609.628,33€, redução essa que decorreu do facto de naquele ano ter sido realizado o Europeu de Andebol de Praia na Nazaré. A rubrica dos Subsídios também apresenta uma redução, de 3.107.106€ em 2023, para 2.759.158€ em 2024, que é devida à não participação em Jogos Olímpicos (do lado do COP), e ao apoio a eventos internacionais que não se realizaram (do lado do IPDJ); Por fim, de realçar na rubrica de “Outros gastos e perdas”, que passou de 5.763.404€ em 2023, para 4.849.374€ em 2024, verificando-se uma redução. Quanto aos gastos, salientou o peso com as Competições que se mantém em cerca de 76%, e que continua a representar a grande fatia dos nossos gastos/ investimentos que se direciona para aquilo que nos move, as Competições e as Seleções Nacionais. Os FSE passaram de uma representação de 11% da estrutura de gastos para 15% e os Custos com pessoal passaram para 9%. No que respeita à estrutura do Balanço e relativamente ao Ativo os valores mantiveram-se equilibrados relativamente a 2023, passando de um total de 3.979.258€ para 4.264.152€; Relativamente à segunda parte do Balanço, Fundos Patrimoniais e Passivo, salienta-se a redução do passivo não corrente, de 944.596,74€ para 791.321,34€, por força do pagamento e redução de dívidas fiscais históricas à Autoridade Tributária;



ATAS

Na rubrica de “Fornecedores” regista-se uma redução significativa de 289.619,90€, passando de 1.211.325,€ para 936.885,11€; Em suma os Resultados do Exercício de 2024 foram de novo positivos, de 33.877,13€ (trinta e três mil, oitocentos e setenta e sete euros e treze cêntimos) verificando-se uma melhoria acentuada e consistente na qualidade e nos princípios dos registos financeiros refletida nas Demonstrações Financeiras apresentadas. Referiu-se à diminuição dos financiamentos obtidos, assim como dos juros pagos. Salientou, ainda, o Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Federação e a Certificação Legal das Contas, efetuada pela DFK, sem reservas nem ênfases, propondo-se que o Resultado Líquido do Período de 33.877,13€ (trinta e três mil oitocentos e setenta e sete euros e treze cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a conta de Fundo Social. Após a sua intervenção, o Presidente da Federação passou a palavra aos Vice-presidente João Paulo Velez, que dirigiu algumas palavras aos membros da assembleia, realçando e fazendo o ponto de situação aos contatos comerciais e potenciais patrocínios que a Federação já fechou e outros que poderá vir a fechar a curto, médio prazo; neste âmbito, salientou que já foi celebrado o novo Contrato com os Jogos Santa Casa e Placard, até 2026; que também estão fechadas parcerias técnicas com as Águas Monchique, Zoomod, Acrilsports, Transdev, e que estão em fase final de negociação outras marcas de prestígio, tendo em vista o patrocínio direto dos equipamentos oficiais da Seleção; Submetido a discussão o Relatório e as Contas, interveio em primeiro lugar o delegado Manuel Moreira, da Associação de Andebol de Braga, que começou por se referir à excelência do relatório de atividades da Federação, assim como das Contas, que eram o retrato fiel das dificuldades económicas e financeiras, pois os clubes tinham falta de meios; questionou o apoio às Associações Regionais, que entende não terem sido bem tratadas, tendo um corte de 2.9% no financiamento; questionou também a Direção sobre a rubrica “outras contas a pagar”, na parte das arbitragens; criticou a APAOMA, referindo que não tem condições para integrar e participar nas assembleias gerais da Federação; De seguida, interveio o delegado José Carlos Correia, da ANCNP, que voltou a referir que no seu entender a Mesa da Assembleia Geral deveria verificar a questão das Atas, que deviam ser aprovadas pela Assembleia e que deveríamos incluir um ponto de pós-ordem de trabalhos, onde se possam discutir vários assuntos de interesse da modalidade; Interveio de seguida o Delegado Artur Ferreira, da ANCNP, que referiu que no seu entendimento a parte das competições europeias dos Clubes não deveriam constar e estar incluídas no relatório de atividades da Direção;

ATAS

Folha 53

Intervieio, ainda, a Delegada Teresa Rino, da ANCANP, que se referiu a questões de fiscalidade dos clubes, nomeadamente ao fato de não ser possível deduzir o IVA, assim como à impossibilidade de se poder consignar 1% do IRS por exemplo a favor de instituições com utilidade pública no desporto; antes de passar a outras intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Manuel Furtado, mencionou a questão das Atas, e a necessidade muitas vezes de serem aprovadas logo em minuta para cumprimento de obrigações legais e contratuais da Federação, assim como referiu que a introdução de Ponto de ordem de trabalhos dedicado a “outros assuntos”, poderia a todo o tempo ser incluída na presente Assembleia, como em qualquer outra, desde que fosse a Assembleia a deliberar nesse sentido, e que iria submeter à apreciação da Assembleia no momento próprio, após a discussão e votação do ponto único da ordem de trabalhos.

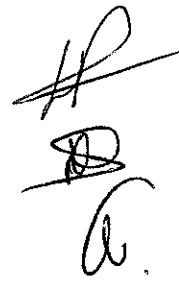
A fim de serem esclarecidas todas as questões colocadas, o Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Federação, que indicou que tais esclarecimentos iriam ser prestados pelo Vice-presidente Miguel Fernandes, em função dos assuntos em causa. No uso da palavra, este começou por clarificar a matéria dos apoios às Associações Regionais, que constam e estão inscritas no orçamento da FAP para o ano de 2025, que sofreu um ligeiro aumento, e que estão em fase de formalização os respetivos contratos-programa de 2024/2025, estando a ser executadas as relações financeiras e a serem transferidos mensalmente os valores para cada Associação Regional, sendo uma matéria que é conduzida pelo Diretor estatutário nomeado pela Direção, Augusto Silva; relativamente à questão sobre a rubrica “outras contas a pagar”, e as verbas relativas à arbitragem, referiu que se verifica ainda um atraso nos pagamentos aos árbitros, esclareceu que de facto é uma preocupação e uma prioridade para a FAP, salientando o facto de a Direção fazer uma gestão integrada e que, desde dezembro de 2024 até à presente a Direção efetuou 289.000€ de pagamentos a favor dos árbitros; que não obstante tais atrasos, a Direção iria continuar a honrar tais compromissos e que essa continuará a ser uma das prioridades da gestão; no que se refere à questão das Atas, já colocada na Assembleia Geral anterior, voltou a reiterar que, por um lado, existe uma prática de vários anos e mandatos, de ser a Mesa a aprovar e assinar pelos seus membros as Atas, recordando o teor do Parecer do Conselho Consultivo da PGR referido na



ATAS

Assembleia anterior, a propósito dos poderes e competências das Mesas das Assembleias Gerais no seio das Federações desportivas, e também o regime aplicável ás Mesas das Assembleias Gerais nas sociedades comerciais, onde as Atas são aprovadas pela Mesa, sem prejuízo do direitos dos sócios poderem, a todo o tempo, solicitar retificações ao teor das mesmas; e, finalmente, o facto e circunstância de as Atas da Assembleia Geral da FAP serem todas publicadas, na íntegra, no Portal do Andebol; finalmente e talvez mais importante, o facto de a Direção da FAP ter obrigações contratuais com o IPDJ, IP, de entrega atempada das Atas, no âmbito dos Contratos-programa em vigor. Referiu-se ainda, ao plano de desenvolvimento para o Desporto que o Governo está a discutir com várias entidades e que a FAP apresentou, uma vez mais, os seus contributos, no sentido que só existirá um Plano de Desenvolvimento efetivo que reconheça e resolva o problema do desporto nas Escolas, da presença de atividade física nos conteúdos letivos, do desporto desde o 1.º Ciclo, dos projetos que o Andebol desenvolve na escola, como o Andebol 4 kids, Masterplan e outros, da resolução e equiparação do seguro escolar com o seguro desportivo, e que só existirá verdadeiramente um desenvolvimento se o Governo alterar o Modelo de Financiamento do Desporto e adequar o Modelo Fiscal das Federações desportivas; com efeito, e quanto às fontes principais de receitas (públicas), impõem-se a introdução de um critério de discriminação positiva através do reforço e majoração do financiamento ás Federações Desportivas que apresentem resultados internacionais de excelência; quanto às fontes complementares das receitas (jogos sociais e apostas desportivas) impõe-se a reformulação do regime de afetação das receitas diretamente geradas pelas apostas desportivas de forma que a Federação Desportiva que cede o conteúdo do direito desportivo sobre o qual incide a aposta seja a principal beneficiária da afetação da receita, sem prejuízo, claro, da afetação de uma percentagem suficiente e adequada dessas receitas para efeitos de solidariedade com o tecido desportivo que não participa no modelo; quanto ás receitas de financiamento próprias, importa definir um modelo fiscal adequado para as Federações Desportivas.

Por outro lado, deverá haver uma adequação do modelo fiscal à estrutura de funcionamento e ás atividades efetivamente exercidas no seio das Federações, nomeadamente em sede de IVA, propondo a FAP uma alteração do regime do PRO RATA para o regime de IVA dedutível. Não faz sentido que as Federações Desportivas enquanto pequenas e médias empresas que são, não possam deduzir o IVA na sua



ATAS

atividade. A título de exemplo, não faz sentido que as Federações Desportivas liquidem IVA sobre os equipamentos desportivos das Seleções Nacionais quando se tratam de equipamentos essenciais e indispensáveis ao exercício da atividade desportiva principal de uma Federação; assim como poderia haver um regime de IVA reduzido nos bilhetes, semelhante ao de outros espetáculos, tais como as touradas; já quanto ao IRC deverá manter-se o modelo de isenção do IRC para os rendimentos diretamente derivados da atividade desportiva, mas propõe-se a adoção de um modelo de redução de IRC, idêntico ao das PMEs, para os rendimentos não diretamente derivados da atividade desportiva (rendimentos comerciais, publicidade e outros...). E a sugestão da Delegada Teresa Rino, quanto ao IRS, constitui também um bom exemplo de alterações a propor, assim como o alargamento dos limites das Bolsas de formação para árbitros jovens, que muito ajudariam as Federações Desportivas.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa submeteu as Contas do Exercício do ano de 2024 à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. Quanto à Ata iria ser seguido um critério de elaboração e aprovação pela Mesa da Assembleia, considerando ademais as necessidades e obrigações contratuais em vigor junto do IPDJ, IP, e que na convocatória seguinte se faria a menção que a mesma estaria disponível e publicitada, como sempre, para consulta no sítio da internet da FAP, podendo a todo o tempo os membros exercer direitos de retificação ou alteração. De seguida, submeteu à Assembleia Geral a introdução de um ponto “outros assuntos de interesse da modalidade”, o que foi aprovado por unanimidade.

Intervieio o Delegado Artur Ferreira, da ANCANP, que referiu que faz todo o sentido haver em todas as Assembleias Gerais um ponto “outros assuntos de interesse da modalidade”, e que gostaria de ser esclarecido sobre a matéria da certificação de Clubes, nomeadamente saber qual o benefício efetivo dos clubes com a certificação; De seguida, interveio o Delegado António Manso, da ANCANP, que começou por se referir a um ranking publicado no IPDJ, sobre financiamento público, verbas recebidas dos Jogos sociais e valor de financiamento por atleta, salientando que o Andebol estaria em 4.º lugar, atrás de outras modalidades com mais praticantes, como a Natação e outras, e que gostaria de ver o Andebol mais à frente; que todos os resultados das competições, incluindo dos sub-16, deveriam estar publicados no portal da FAP; que tinha apresentado uma exposição ao Conselho Disciplina da FAP em dezembro último e que até à data não tinha obtido resposta e que é seu entendimento que o Conselho só existe para aplicar multas

ATAS

Folha 56

aos clubes; finalmente, interveio a Delegada Teresa Rino, da ANCANP, que se referiu aos valores de comparticipação legalmente previstos para as deslocações aéreas às regiões autónomas, que se encontram completamente desajustados e ultrapassados, pois os custos reais são substancialmente superiores e são os clubes que os têm de suportar, constituindo um custo muito relevante para os clubes na sua participação em provas; A fim de serem esclarecidas as questões colocadas, o Vice-Presidente Miguel Fernandes recordou, quanto à certificação de Clubes, que é um processo fundamental para a organização e desenvolvimento de cada Clube, que visa a melhoria das qualificações na formação, que se apresentar determinado nível de Certificação poderá recolher benefícios, também a nível da comunidade local; mas também tem benefícios perante a própria Federação, pois existem benefícios nas taxas de inscrição muito significativos para os escalões de formação; e depois que só um Clube certificado é que pode beneficiar das compensações por formação, legal e regulamentarmente previstas; esclareceu, depois, a matéria dos rankings de financiamento, referindo-se ao facto de existirem Federações desportivas que recebem avultadas quantias dos jogos sociais, tais como o Ténis (por força do circuito ATP), o Basquetebol (por força da NBA), e até os jogos de Inverno, e que se o Andebol pudesse beneficiar de tais apoios estaria seguramente muito melhor; quanto à matéria da exposição apresentada ao Conselho de Disciplina da FAP, muito embora seja competência desse órgão apreciar e tratar da questão suscitada, esclareceu que uma reclamação ou exposição apresentada em Dezembro, que tenha dado origem a eventual processo disciplinar pode muito bem ainda estar pendente, uma vez que aquele órgão tem atribuído prioridade à gestão e acompanhamento da disciplina semanal, a fim de assegurar a normalidade das competições, e que seguramente iria apreciar a questão apresentada em tempo útil; no que respeita à matéria das deslocações às regiões autónomas e das comparticipações por atleta, era de facto um dos problemas que o desporto no geral padecia, pois há vários anos que tal Despacho não é adequado e atualizado, encontrando-se desfasado dos custos reais, sendo que o que se passa é que são os Clubes a financiar o desporto e a garantir o princípio da continuidade territorial, em vez de ser o Estado; e que havia, a acrescer, que levar em conta o facto de o Contrato-programa com o IPDJ para o financiamento dessas deslocações relativo à corrente época desportiva de 2024/2025 só ter sido celebrado no inicio de Abril deste ano e só no meio do mês é que o IPDJ começou a regularizar esses valores a fim de a FAP poder canalizá-los para os respetivos Clubes, o que vem agravar a situação financeira dos mesmos. A finalizar a Assembleia, a

Federação de Andebol de Portugal - Assembleia Geral
Calçada da Ajuda, 63-69
1300-006 Lisboa Portugal C.A.E.: 93191 N.I.F.: 501361375
Mat. 501361375 de em Lisboa

Folha 57

ATAS

Delegada Patrícia Dinis, da Associação de Andebol de Leiria, sinalizou o final de carreira da dupla Internacional de árbitros, Eurico Nicolau e Ivan Caçador, uma das melhores da história do Andebol Português, que iriam apitar o último jogo a nível internacional no dia 15 de maio, no jogo França-Noruega, e a nível nacional, no dia 17 de maio, no jogo Sir 1.º de Maio-Gil Eanes,, na Marinha Grande, pelo que deixava a todos os presentes na Assembleia um convite para assistir a esse jogo e participar na homenagem que se iria realizar.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada pelas treze horas e trinta minutos. Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros que compuseram a Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

